



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025

Pregão nº 009/2025
COMPRASGOV: Nº 90009
Processo nº 2025-N65F6
Processo originário nº 2024-4WGNZ
ID CiudadES nº 2025.500E2300002.01.0002

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PMES**, inscrita no CNPJ sob o nº **27.476.373/0001-90**, com sede na **Avenida Maruípe, nº 2.111, Maruípe, Vitória - ES, CEP 29.047-475**, representada legalmente pelo seu Comandante Geral **Cel PM DOUGLAS CAUS, brasileiro, casado, Funcionário Público Estadual**, nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº DECRETO Nº 0461-S, DE 07.04.2020, publicada no DIO de 07 de Abril de 2020, portador da Matrícula Funcional nº 841009, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº **009/2025 (grupo 04)**, RESOLVE registrar os preços da empresa **SERVI MIX COMERICO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº **27.525.362/0001-52**, com sede na Av. Mar do Norte, 100 - Praia do Morro, Guarapari/ES, CEP: 29.216-580, E-mail: comercial@servimixguarapari.com.br, Tel.: (27) 99759-7984, representada pelo seu Representante Legal o Sr. **Edivaldo Albani Natal**, brasileiro, solteiro, empresário, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelos Decretos Estaduais nº 5.354-R/2023 e 5.545-R/2023, e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para o fornecimento de **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PMES**, especificado(s) no item 01 do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 009/2025, COMPRASGOV: Nº 90009, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

SERVI MIX COMERICO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº **27.525.362/0001-52**, com sede na Av. Mar do Norte, 100 - Praia do Morro, Guarapari/ES, CEP: 29.216-580, E-mail: comercial@servimixguarapari.com.br, Tel.: (27) 99759-7984

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD MÁX PMES	QTD GLOBAL (com órgãos participan tes)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PMES	VALOR TOTAL GLOBAL
4	130	TELHA METALICA ONDULADA ACO GALVALUME ESP 0.5MM PRE PINTADA 1 FACE COR RAL 9003 (BRANCA) MARCA: PERFILADOS RIO DOCE FORNECIMENTO: M2 SIADES: 257616	1000	1300	R\$ 38,45	R\$ 38.450,00	R\$ 49.985,00
4	131	MADEIRA DE LEI PARA TELHADO COLONIAL/TELHA FRANCESA MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M3 SIADES: 152697	4	5	R\$ 4.741,88	R\$ 18.967,52	R\$ 23.709,40
4	132	PONTALETE DE MADEIRA BRUTA DE 3ª 8.0 X 8.0 CM MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M SIADES: 152698	200	200	R\$ 7,39	R\$ 1.478,00	R\$ 1.478,00
4	133	SARRAFO DE MADEIRA PINUS 10 X 2.5CM MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M SIADES: 152699	200	200	R\$ 4,46	R\$ 892,00	R\$ 892,00
4	134	SARRAFO DE MADEIRA DE LEI 8 X 2.5 CM (BRUTA) MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M SIADES: 153341	100	100	R\$ 12,45	R\$ 1.245,00	R\$ 1.245,00
4	135	TABUA DE MADEIRA PINUS 30 X 2.5 CM (TAIPA DE 1ª) MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M2 SIADES: 153340	2000	2000	R\$ 38,42	R\$ 76.840,00	R\$ 76.840,00
4	136	CHAPA COMPENSADO NAVAL ESP. 15 MM, DIM. 2.20 X 1.60 M MARCA: RIO CLARO FORNECIMENTO: FL SIADES: 152700	100	120	R\$ 162,47	R\$ 16.247,00	R\$ 19.496,40
4	137	CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA ESP.	150	150	R\$ 38,10	R\$ 5.715,00	R\$ 5.715,00

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

		12MM MARCA: RIO CLARO FORNECIMENTO: M2 SIADES: 109651					
4	138	PEÇA EM MADEIRA DE LEI 8.0 X 8.0 CM MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M SIADES: 45961	200	250	R\$ 41,69	R\$ 8.338,00	R\$ 10.422,50
4	139	PEÇA EM MADEIRA DE LEI 5.0 X 10.0 CM (APARELHADA) MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M SIADES: 109652	400	450	R\$ 23,10	R\$ 9.240,00	R\$ 10.395,00
4	140	RIPA EM MADEIRA DE LEI 1.5 X 5.0 CM MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M SIADES: 162832	100	150	R\$ 3,85	R\$ 385,00	R\$ 577,50
4	141	RIPA EM MADEIRA DE LEI 1.5 X 4.0 CM MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M SIADES: 173596	200	250	R\$ 3,41	R\$ 682,00	R\$ 852,50
4	142	MADEIRA DE LEI PARA TELHADO MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M3 SIADES: 152703	12	13	R\$ 4.741,88	R\$ 56.902,56	R\$ 61.644,44
4	143	RIPA MADEIRA DE LEI DE 7 X 2 CM MARCA: RANGEL FORNECIMENTO: M SIADES: 152704	100	100	R\$ 8,25	R\$ 825,00	R\$ 825,00
4	144	LONA PLÁSTICA PRETA 80 MICRAS MARCA: LONAX FORNECIMENTO: M2 SIADES: 153337	1.000	1250	R\$ 0,91	R\$ 910,00	R\$ 1.137,50
4	145	MANTA ASFÁLTICA 3MM TIPO III - APP (AREIA/POLIÉSTER/POLIÉSTER) NBR 9952, INCL. ARG. REGULAR., PRIMER E PROTEÇÃO MARCA: DENVER FORNECIMENTO: M2 SIADES: 152712	200	400	R\$ 179,25	R\$ 35.850,00	R\$ 71.700,00
4	146	MANTA ASFÁLTICA 4MM TIPO III - APP (AREIA/POLIÉSTER/POLIÉSTER) NBR 9952, INCL. ARG. REGULAR. PRIMER E PROTEÇÃO MARCA: DENVER FORNECIMENTO: M2 SIADES: 152713	200	1400	R\$ 222,68	R\$ 44.536,00	R\$ 311.752,00
4	147	POLIURETANO FLEXÍVEL BISNAGA 360G TEL 5905	100	100	R\$ 23,47	R\$ 2.347,00	R\$ 2.347,00

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

		MARCA: TEK BOND FORNECIMENTO: UN SIADES: 153336					
4	148	TELHA FIBROCIMENTO ONDULADA DE 6MM MARCA: CASALIT FORNECIMENTO: M2 SIADES: 153335	1.000	1300	R\$ 20,65	R\$ 20.650,00	R\$ 26.845,00
4	149	TELHA FIBROCIMENTO ONDULADA DE 8MM MARCA: CASALIT FORNECIMENTO: M2 SIADES: 23529	3.000	3500	R\$ 37,00	R\$ 111.000,00	R\$ 129.500,00
4	150	TELHA ALUMINIO TRAPEZOIDAL 0,5MM MARCA: PANISOL FORNECIMENTO: M2 SIADES: 152714	500	950	R\$ 59,88	R\$ 29.940,00	R\$ 56.886,00
4	151	TELHA CERAMICA TIPO CAPA E CANAL PLAN – NATURAL MARCA: CASALIT FORNECIMENTO: M2 SIADES: 152715	200	200	R\$ 21,83	R\$ 4.366,00	R\$ 4.366,00
4	152	CUMEEIRA CERAMICA CAPA E CANAL NAT - PÇA VITORIA MARCA: CASALIT FORNECIMENTO: UN SIADES: 152716	500	500	R\$ 3,46	R\$ 1.730,00	R\$ 1.730,00
4	153	TELHA AL/ZINCO ONDULADA (GALVALUME) ESP. 0.43MM MARCA: PERFILADOS RIO DOCE FORNECIMENTO: M2 SIADES: 162906	1000	1950	R\$ 27,57	R\$ 27.570,00	R\$ 53.761,50
4	154	RUFO EM ALUMINIO ESP. 0.5 MM LARGURA 30 CM MARCA: PERFIL FORNECIMENTO: M SIADES: 153334	1.000	1100	R\$ 35,70	R\$ 35.700,00	R\$ 39.270,00
4	155	CUMEEIRA FIBROCIMENTO NORMAL (ONDULADA) MARCA: CASALIT FORNECIMENTO: M SIADES: 162913	500	500	R\$ 47,41	R\$ 23.705,00	R\$ 23.705,00
4	156	FITAS ANTI-CORROSIVAS PRETA PARA ASSENT TELHAS MARCA: SCOTCHROP FORNECIMENTO: M SIADES: 152718	500	500	R\$ 5,17	R\$ 2.585,00	R\$ 2.585,00
4	157	PRIMER PARA MANTA ASFALTICA A BASE DE ASFALTO MODIFICADO	1800	2600	R\$ 13,84	R\$ 24.912,00	R\$ 35.984,00

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

		DILUIDO EM SOLVENTE, APLICACAO A FRIO MARCA: DENVER FORNECIMENTO: L SIADES: 31238					
4	158	MANTA LIQUIDA DE BASE ASFALTICA MODIFICADA COM A ADICAO DE ELASTOMEROS DILUIDOS EM SOLVENTE ORGANICO, APLICACAO A FRIO (MEMBRANA DE EMULSAO ASFALTICA PARA IMPERMEABILIZACAO FLEXIVEL) MARCA: DENVER FORNECIMENTO: KG SIADES: 239284	2000	2610	R\$ 13,44	R\$ 26.880,00	R\$ 35.078,40
4	159	MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER ALUMINIZADA 3 MM, TIPO III, CLASSE B (NBR 9952) MARCA: DENVER FORNECIMENTO: M2 SIADES: 24195	500	1100	R\$ 46,29	R\$ 23.145,00	R\$ 50.919,00
4	160	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVANIZADO, FACE SUPERIOR EM TELHA TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR EM CHAPA PLANA (SEM ACESSORIOS DE FIXACAO), REVESTIMENTO COM ESPESSURA DE 0,50 MM COM PRE- PINTURA NAS DUAS FACES, NUCLEO EM POLIESTIRENO (EPS) DE 50 MM MARCA: PERFILADOS RIO DOCE FORNECIMENTO: M2 SIADES: 257617	1000	1000	R\$ 96,85	R\$ 96.850,00	R\$ 96.850,00
4	161	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVANIZADO, FACES SUPERIOR E INFERIOR EM TELHA TRAPEZOIDAL (SEM ACESSORIOS DE FIXACAO), REVESTIMENTO COM ESPESSURA DE 0,50 MM COM PRE-PINTURA NAS DUAS FACES, NUCLEO EM POLIESTIRENO (EPS) DE 50MM MARCA: PERFILADOS RIO DOCE FORNECIMENTO: M2 SIADES: 257618	1000	1000	R\$ 100,09	R\$ 100.090,00	R\$ 100.090,00
VALOR TOTAL						R\$ 848.973,08	R\$ 1.308.584,14

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

VALOR TOTAL PARA A PMES: R\$ 848.973,08 (oitocentos e quarenta e oito mil novecentos e setenta e três reais e oito centavos).

VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 1.308.584,14 (um milhão, trezentos e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos).

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta no final desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PMES.**

3.2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

- a) **DSPM - DIRETORIA DE SAÚDE DA POLICIA MILITAR**
- b) **IASES - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO**
- c) **PPES - POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO**
- d) **SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA**
- e) **SESP – SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**

3.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

Item	Unid	Descrição	Lote	DSPM	IASES	PMES	PPES	SEJUS	SESP	Total
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	
126	UNIDA DE	PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 625 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO (NAO	LT 003	100	0	500	0	0	0	600
Total				100	0	500	0	0	0	600
127	UNIDA DE	PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 625 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA REBAIXADA PARA PERFIL 24 MM, CO	LT 003	100	0	500	0	0	0	600
Total				100	0	500	0	0	0	600
128	QUILO GRAM A	COLA DE CONTATO; COMPOSICAO:RESINA SINTETICA, BORRACHA SINTETICA; APLICACOES: MDF, BORRACHA, METAL,	LT 003	5	0	20	0	0	0	25
Total				5	0	20	0	0	0	25
129	UNIDA DE	PISO: PISO CERAMICO; COR: VERMELHO BOMBEIRO; DIMENSAO 20X20X1,5CM; BOLEADO; 16 RESSALTOS; APLICACAO:	LT 003	200	0	1000	0	0	0	1200
Total				200	0	1000	0	0	0	1200
130	METR O QUAD RADO	TELHA METALICA ONDULADA ACO GALVALUME ESP 0.5MM PRE PINTADA 1 FACE COR RAL 9003 (BRANCA) - PERFILOR,	LT 004	0	0	1000	300	0	0	1300
Total				0	0	1000	300	0	0	1300
131	METR O CUBIC O	MADEIRA DE LEI TIPO PEROBA; DIMENSOES CONFORME A DEMANDA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: METRO CUBICO	LT 004	1	0	4	0	0	0	5
Total				1	0	4	0	0	0	5
132	METR O	PONTALETE DE MADEIRA TIPO EUCALIPTO BRUTO; DIMENSAO: 8,0 X 8,0 CM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: METRO	LT 004	0	0	200	0	0	0	200
Total				0	0	200	0	0	0	200

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

Item	Unid	Descrição	Lote	DSPM	IASES	PMES	PPES	SEJUS	SESP	Total
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	
133	METR O	SARRAFO DE MADEIRA; MATERIAL: MADEIRA TAIPA DE 1"; TRATAMENTO: SEM TRATAMENTO; ACABAMENTO APLAINADO;	LT 004	0	0	200	0	0	0	200
Total				0	0	200	0	0	0	200
134	METR O	SARRAFO DE MADEIRA; MATERIAL: MADEIRA BRUTA; TRATAMENTO: SEM TRATAMENTO; MEDIDAS (L x E): 2.5 X 8.0C	LT 004	0	0	100	0	0	0	100
Total				0	0	100	0	0	0	100
135	METR O	TABUA DE MADEIRA; MATERIAL: MADEIRA TAIPA DE 1"; TRATAMENTO: SEM TRATAMENTO; ACABAMENTO APLAINADO; M	LT 004	0	0	2000	0	0	0	2000
Total				0	0	2000	0	0	0	2000
136	UNIDA DE	CHAPA COMPENSADO; MATERIAL: COMPENSADO NAVAL; DIMENSOES (C X L): 2,2 X 1,6 M; ESPESSURA: 15 MM; CARA	LT 004	20	0	100	0	0	0	120
Total				20	0	100	0	0	0	120
137	METR O QUAD RADO	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA; MATERIAL: MADEIRA COMPENSADA COM ADESIVO TERMOENDURECIVEL; COLA: PELICU	LT 004	0	0	150	0	0	0	150
Total				0	0	150	0	0	0	150
138	UNIDA DE	MADEIRA DE LEI; PEÇA 8 X 8CM; APARELHADA	LT 004	50	0	200	0	0	0	250
Total				50	0	200	0	0	0	250
139	METR O	PEÇA DE MADEIRA; MATERIAL: MADEIRA DE LEI; ACABAMENTO: APARELHADO; TRATAMENTO: SEM TRATAMENTO; MEDID	LT 004	50	0	400	0	0	0	450
Total				50	0	400	0	0	0	450

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

Item	Unid	Descrição	Lote	DSPM	IASES	PMES	PPES	SEJUS	SESP	Total
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	
140	METR O	RIPA EM MADEIRA DE LEI 1.5 X 5.0 CM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: M	LT 004	50	0	100	0	0	0	150
Total				50	0	100	0	0	0	150
141	METR O	RIPA EM MADEIRA DE LEI 1.5 X 4.0CM	LT 004	50	0	200	0	0	0	250
Total				50	0	200	0	0	0	250
142	METR O CUBIC O	MADEIRA PARA TELHADO; MATERIAL: PARAJU; ACABAMENTO: APARELHADO; TRATAMENTO: SEM TRATAMENTO; MEDIDAS:	LT 004	1	0	12	0	0	0	13
Total				1	0	12	0	0	0	13
143	METR O	RIPA; MATERIAL: EUCALIPTO; ACABAMENTO: APARELHADO; TRATAMENTO: SEM TRATAMENTO; MEDIDAS (L X E): 7 X	LT 004	0	0	100	0	0	0	100
Total				0	0	100	0	0	0	100
144	METR O QUAD RADO	LONA; MATERIAL: PLASTICO; COR: PRETA; ABERTURA: 80 MICRAS; UNIDADE DE FORNECIMENTO: METRO QUADRADO.	LT 004	50	200	1000	0	0	0	1250
Total				50	200	1000	0	0	0	1250
145	METR O QUAD RADO	MANTA ASFALTICA; ESPESSURA: 3MM; INCLUSIVE ARGAMASSA REGULARIZADORA E PROTECAO; UNIDADE DE FORNECIME	LT 004	200	0	200	0	0	0	400
Total				200	0	200	0	0	0	400
146	METR O QUAD RADO	MANTA ASFALTICA; ESPESSURA: 4MM; INCLUSIVE ARGAMASSA REGULARIZADORA E PROTECAO; UNIDADE DE FORNECIME	LT 004	200	1000	200	0	0	0	1400
Total				200	1000	200	0	0	0	1400

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

Item	Unid	Descrição	Lote	DSPM	IASES	PMES	PPES	SEJUS	SESP	Total
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	
147	UNIDA DE	SELANTE; COMPOSICAO: POLIURETANO; FLEXIVEL; DENSIDADE: 1,2 G/CM3; USO: CALAFETACOES DE 6 A 25MM; BIS	LT 004	0	0	100	0	0	0	100
Total				0	0	100	0	0	0	100
148	UNIDA DE	TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO COM 6 MM DE ESPESSURA, 110CM DE LARGURA E 244CM DE ALTURA; UNIDADE DE	LT 004	0	0	1000	300	0	0	1300
Total				0	0	1000	300	0	0	1300
149	UNIDA DE	TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO COM 8MM DE ESPESSURA, 110 CM DE LARGURA E 244CM DE ALTURA	LT 004	500	0	3000	0	0	0	3500
Total				500	0	3000	0	0	0	3500
150	METR O QUAD RADO	TELHA ALUMINIO TRAPEZOIDAL; ESPESSURA: 0,5MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: METRO QUADRADO.	LT 004	0	200	500	250	0	0	950
Total				0	200	500	250	0	0	950
151	METR O QUAD RADO	TELHA CERAMICA; MATERIAL: CERAMICA; TIPO: CAPA E CANAL PLAN; COR: NATURAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO:	LT 004	0	0	200	0	0	0	200
Total				0	0	200	0	0	0	200
152	UNIDA DE	CUMEEIRA CERAMICA; MATERIAL: CERAMICA; TIPO: CAPA E CANAL; COR: NATURAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UN	LT 004	0	0	500	0	0	0	500
Total				0	0	500	0	0	0	500
153	METR O QUAD RADO	TELHA AL/ZINCO ONDULADA (GALVALUME) ESP. 0.43MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: M2	LT 004	0	300	1000	650	0	0	1950
Total				0	300	1000	650	0	0	1950

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

Item	Unid	Descrição	Lote	DSPM	IASES	PMES	PPES	SEJUS	SESP	Total
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	
154	METR O	RUFO; MATERIAL: ALUMINIO; COR: NATURAL; ESPESSURA: 0,5MM; LARGURA: 30CM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: ME	LT 004	0	100	1000	0	0	0	1100
Total				0	100	1000	0	0	0	1100
155	METR O	CUMEEIRA FIBROCIMENTO NORMAL (ONDULADA); UNIDADE DE FORNECIMENTO: M	LT 004	0	0	500	0	0	0	500
Total				0	0	500	0	0	0	500
156	METR O	FITA ANTI-CORROSIVA PARA ASSENTAMENTO DE TELHAS; MATERIAL: PVC; UNIDADE DE FORNECIMENTO: METRO.	LT 004	0	0	500	0	0	0	500
Total				0	0	500	0	0	0	500
157	LITRO	PRIMER 3.6 L P/ MANTA ASFALTICA	LT 004	300	500	1800	0	0	0	2600
Total				300	500	1800	0	0	0	2600
158	LATA 18 LITROS	MANTA LIQUIDA IMPERMEABILIZANTE; BASE DE RESINA TERMOPLASTICA FLEXIVEL COM ELASTICIDADE; PARA LAJES ,	LT 004	500	100	2000	10	0	0	2610
Total				500	100	2000	10	0	0	2610
159	UNIDADE	MANTA ASFALTICA DE ALUMINIO COM ESPESSURA DE 3MM ROLO COM 10 M²	LT 004	500	100	500	0	0	0	1100
Total				500	100	500	0	0	0	1100
160	METR O QUADRADO	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVANIZADO, FACE SUPERIOR EM TELHA TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR	LT 004	0	0	1000	0	0	0	1000
Total				0	0	1000	0	0	0	1000

Item	Unid	Descrição	Lote	DSPM	IASES	PMES	PPES	SEJUS	SESP	Total
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	
161	METR O QUADRADO	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVANIZADO, FACES SUPERIOR E INFERIOR EM TELHA TRAPEZOIDAL (SE	LT 004	0	0	1000	0	0	0	1000
Total				0	0	1000	0	0	0	1000

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

CLÁUSULA QUARTA

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

- 4.1.1. identificação da ARP de interesse;
- 4.1.2. indicação dos itens e respectivas quantidades;
- 4.1.3. endereços de entrega ou de prestação dos serviços;
- 4.1.4. dados de contato do requerente;
- 4.1.5. assinatura e identificação do subscritor; e
- 4.1.6. outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Dos limites para as adesões

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

CLÁUSULA QUINTA

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.1 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá estar vigente no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8.1. Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.8 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

CLÁUSULA SEXTA

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

7.2.1. o requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

7.2.2. a modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;

7.2.3. seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

7.3. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.4. Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise.

7.5. Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:

7.5.1. efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e

7.5.2. cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.

7.6. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.

7.7. Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final.

7.8. Excepcionalmente, na hipótese do item 7.6, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando, constatada a

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado.

7.9. O reajuste e a repactuação dos preços registrados dependerão de requerimento do fornecedor, observando as normas aplicáveis aos contratos administrativos.

7.9.1. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes do lote, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.

8.2. O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participante informando o(s) item(ns) e o(s) quantitativo(s) que deseja.

8.3. O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.

8.4. O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.

8.5. Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.

8.6. Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.

CLÁUSULA NONA

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:

9.1.1. descumprir as condições da ARP;

9.1.2. não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

9.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

9.2. Na hipótese do item 9.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3. O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.4.

9.4. Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:

9.4.1. por razões de interesse público; ou

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2. Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes (se houver).

Vitória, setembro de 2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO
DOUGLAS CAUS – CEL QOC
COMANDANTE GERAL DA PMES

SERVI MIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
EDIVALDO ALBANI NATAL
REPRESENTANTE LEGAL

Cadastro Reserva

Nos termos do Art. 82, inciso VII, e do §5º, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021, a inclusão de licitantes no cadastro de reserva somente ocorrerá quando estes aceitarem cotar os bens ou serviços em preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação. No caso do Pregão Eletrônico nº 001/2025, nenhuma das demais empresas participantes manifestou interesse em assumir tal compromisso, razão pela qual não foi formado cadastro de reserva.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

COMPRASGOV: Nº 90009

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 Aquisição de materiais de construção e elétricos nos termos da planilha do Anexo II, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

1.2 Os seguintes itens serão agrupados:

- 1.2.1 – Lote 1: Insumos básicos – civil;
- 1.2.2 – Lote 2: Ferramentas, parafusos e EPIs;
- 1.2.3 – Lote 3: Forros, pisos e revestimentos;
- 1.2.4 – Lote 4: Madeiras e telhas;
- 1.2.5 – Lote 5: Esquadrias e vedação;
- 1.2.6 – Lote 6: Insumos de hidráulica;
- 1.2.7 – Lote 7: Tintas e materiais para pintura;
- 1.2.8 – Lote 8: Caixas de descarga e reservatórios;
- 1.2.9 – Lote 9: Acessórios e conexões elétricas;
- 1.2.10 – Lote 10: Quadros, disjuntores, cabeamento e condutores;
- 1.2.11 – Lote 11: Lâmpadas e luminárias;
- 1.2.12 – Lote 12: Rede de distribuição;
- 1.2.13 – Lote 13: Ventilador, chuveiro e bomba centr.;
- 1.2.14 – Lote 14: Interconectores de rede.

1.3 A justificativa para o agrupamento em grupos de itens visa otimizar a aquisição de

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

materiais de construção, garantindo economicidade, ampla competitividade e a qualidade dos produtos adquiridos.

A segmentação dos itens em lotes permite a participação de um maior número de fornecedores, inclusive daqueles especializados em determinados tipos de materiais de construção. Isso promove uma competição mais justa e ampla, reduzindo o risco de concentração de mercado e potencializando o alcance de propostas mais vantajosas para a administração pública.

Fornecedores especializados em certos tipos de materiais poderão participar apenas dos lotes que correspondem à sua área de expertise, garantindo assim a oferta de produtos de melhor qualidade e adequados às necessidades especificadas.

- 1.4 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.
- 1.6 O prazo de vigência da contratação, considerado o cronograma de execução desenvolvido, será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, se comprovada a vantajosidade, tendo sido definido por se tratar de Ata de Registro de Preços, conforme preconiza o art. 84 da Lei 14.133/21.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**

Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.

Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

item 7 do Estudo Técnico Preliminar.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Indicação de marcas ou modelos

- 4.1 Na presente contratação, é obrigatória a indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s) para todos os itens da proposta.

Da Exigência de Amostras

- 4.2 Havendo o aceite da proposta em relação ao valor, a administração se reserva ao direito de exigir o envio de uma amostra teste e a ficha técnica de todos os itens especificados. Caso essa exigência seja feita, a licitante deverá encaminhar a amostra e a ficha técnica no prazo de até 7 (sete) dias úteis após a realização do pregão para a homologação da licitação. A não entrega da amostra, caso exigida, poderá resultar na desclassificação da empresa;
- 4.3 As amostras deverão ser entregues no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Espírito Santo, no seguinte endereço: Avenida Maruípe, nº 2111, Maruípe, Vitória/ES, CEP: 29.045-231, telefone: (27) 3636-8861, no prazo limite de 07 (sete) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.4 É facultada prorrogação do prazo estabelecido para entrega da AMOSTRA, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.5 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.6 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

- 4.7 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.8 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.9 A amostra não fará parte do montante a ser adquirido e deverá permanecer na Divisão de Engenharia, Arquitetura e Obras para confrontação do controle de qualidade para entregas futuras. Esta poderá ser retirada em até **10 (dez) dias úteis após vencimento do instrumento de compra**, caso não seja retirada, será presumida a doação do produto à Administração Pública, a qual procederá com o descarte do material doado, sem gerar ao licitante direito à indenização;
- 4.10 As amostras que não atenderem às especificações serão REPROVADAS. A licitante que tiver sua amostra REPROVADA terá **10 (dez) dias** úteis para retirada do material, caso não seja retirada, será presumida a doação do produto à Administração Pública, a qual procederá com o descarte do material doado, sem gerar ao licitante direito à indenização;
- 4.11 A entrega de amostra deverá ser realizada em dias úteis, nos horários compreendido de 09:00 às 17:00 horas.

Da Subcontratação

- 4.13 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da Garantia de Execução

- 4.14 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos após a publicação da Ordem de Fornecimento.
- 5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3 Os materiais deverão ser entregues no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Espírito Santo, no seguinte endereço: Avenida Maruípe, nº 2111, Maruípe, Vitória/ES, CEP: 29.045-231, telefone: (27) 3636-8861, **ou em lugar previamente acordado com o fornecedor que virá descrito na ordem de fornecimento, conforme Anexo III.**
- 5.4 A entrega dos materiais deverá ser realizada em dias úteis, nos horários compreendido de 09:00 às 11:00 horas e 13 às 16:00 horas.
- 5.5 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

- 5.6 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.7 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custoadicional para o Contratante.
- 5.8 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

- 5.9 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.10 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.11 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 07 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.12 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.13 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.14 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.15 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

- 5.16 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4 Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

- 7.1 Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.
- 7.2 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.2.1 Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.
- 7.2.2 Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.2.2, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.3.1 Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 07 (sete) dias úteis.
- 7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.8 O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

Nota Fiscal

- 7.9 Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.9.1 o prazo de validade;
 - 7.9.2 a data da emissão;
 - 7.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.9.4 o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.9.5 o valor a pagar; e
 - 7.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.12 O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos materiais, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

Do Prazo de Pagamento

7.13 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal.

7.14 Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.

7.15 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso. ND

= Número de dias em atraso.

7.16 Incubirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

da fatura.

- 7.17 A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.
- 7.18 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

Da Forma de Pagamento

- 7.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463.
Telefone: (27) 3636-8626 – e-mail: dlog1.dlog@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto.

8.2 A justificativa para adoção do referido critério está fundamentada nos termos Lei nº 14.133/2021, do art. 33, inciso II. O critério de maior desconto é uma forma eficiente de garantir que os recursos públicos sejam utilizados da maneira mais econômica possível, buscando sempre a melhor relação custo-benefício para a administração pública.

8.3 Dentre as formas de aquisição previstas na Lei de Licitações nº 14.133/2021, utilizaremos o procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preço (SRP), que se configura como um instrumento estratégico e vantajoso para a Administração Pública na aquisição de bens, tendo em vista a natureza essencial desses materiais para manter a salubridade dos ambientes de trabalho. Nesse caso há uma demanda recorrente do objeto deste estudo, sendo necessárias compras periódicas e parceladas.

Da Forma de Fornecimento

8.4 O fornecimento do objeto será parcelado.

8.5 O parcelamento de compras no Registro de Preços se configura como uma ferramenta estratégica para a Administração Pública, proporcionando diversos benefícios que otimizam a gestão de recursos, a logística e o planejamento das aquisições.

Das Exigências de Habilitação

8.6 Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no **ANEXO II** deste Termo de Referência.

8.6.1 A exigência de habilitação técnica visa garantir que as empresas participantes possuam a capacidade técnica necessária para executar o contrato com a Administração Pública. A empresa demonstra seu compromisso com a qualidade e a eficiência da execução do objeto licitado, além de contribuir para a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.
Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

transparência e a lisura do processo licitatório.

8.6.2 A exigência de habilitação econômico-financeira demonstra que as empresas participantes possuam a capacidade financeira necessária para cumprir com as obrigações contratuais assumidas com a Administração Pública. Demonstrando sua solidez financeira e sua capacidade de honrar seus compromissos, contribuindo para a segurança jurídica do contrato e a qualidade da execução do objeto licitado.

9. QUANTO A PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS

9.1 A administração militar vem enfrentando dificuldades logísticas e operacionais decorrentes do elevado número de órgãos participantes em atas de registro de preços abertas, situação que tem causado transtornos significativos na gestão dos processos licitatórios e no cumprimento das obrigações contratuais. Tal situação impacta diretamente a eficiência administrativa, sobrecarrega os recursos disponíveis e dificulta o planejamento das aquisições, especialmente em um contexto militar, onde a precisão e a tempestividade das entregas e execuções são fundamentais para o bom funcionamento da instituição.

9.2 Diante deste contexto e em conformidade com o artigo 11 do Decreto Nº 5354-R de 28 de março de 2023, as participações decorrentes da futura intenção de Registro de Preço serão limitadas a 06 (seis) órgãos. Esse quantitativo permite ao órgão gerenciador aprimorar a gestão dos contratos, reduzir transtornos operacionais e garantir maior eficiência e segurança nas aquisições. Esta medida fundamenta-se na discricionariedade conferida pela Lei nº 14.133/2021 e está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 31.617.349,13 (trinta e um milhões, seiscentos e dezessete mil, trezentos e quarenta e nove reais e treze centavos) conforme a pesquisa de quantitativos feita através do SIGA – Sistema Integrado de



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**

Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.

Tel. (27) 3636-8627/ (27) 3636-8629

Gestão Administrativa do Governo do Estado do Espírito Santo (Planilha Anexo IV).

11.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 450103
- b) Fonte de Recursos: 1.5.00
- c) Programa de Trabalho: 10.45.103.06.181. 0561. 2902
- d) Elemento de Despesa: 3.3.90.30
- e) Plano Orçamentário: 000001

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Vitória, 25 de abril de 2025.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

DOUGLAS CAUS
COMANDANTE GERAL PM
PM-ES - PMES - GOVES
assinado em 03/09/2025 17:33:35 -03:00

EDIVALDO ALBANI NATAL
CIDADÃO
assinado em 03/09/2025 08:32:20 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 03/09/2025 17:33:36 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JULIANA FERREIRA D AVILA (3º SARGENTO QPMP-C PM - PMDLOGSECCONTRCONV - PMES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-HHSSDL>